

*Edição 2024*

# *ABDIB* *EXPERIENCE*

28 e 29 de novembro



# SUMÁRIO

---

|                                                                                                                                                    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Abertura Primeiro Dia</b>                                                                                                                       | 03 |
| <b>Primeiro Painel</b>                                                                                                                             |    |
| <b>Livro Azul e Barômetro da Infraestrutura</b>                                                                                                    | 04 |
| <i>Perspectivas da Infraestrutura: Desafios, Gargalos e Oportunidades</i>                                                                          |    |
| <b>Segundo Painel</b>                                                                                                                              |    |
| <b>Novo Modelo de Regulação do Setor Elétrico</b>                                                                                                  | 08 |
| <i>Transição energética, Fontes renováveis, Hidrogênio Verde, Subsídio cruzado e Eficiência energética</i>                                         |    |
| <b>Terceiro Painel</b>                                                                                                                             |    |
| <b>Fontes de Recursos e Atração de Investidores</b>                                                                                                | 12 |
| <i>Finanças Sustentáveis (Fundo Clima, ECO Invest, Green Bonds, Crédito de Carbono), Mercados de Capitais, Fomento e Multilaterais</i>             |    |
| <b>Abertura Segundo Dia</b>                                                                                                                        | 15 |
| <b>Quarto Painel</b>                                                                                                                               |    |
| <b>Ações para Desenvolvimento da Infraestrutura Sustentável</b>                                                                                    | 17 |
| <i>Planejamento Ambiental Urbano, Ações Preventivas, Processos Construtivos, Estruturas Resilientes, Redimensionamento da Estrutura de Seguros</i> |    |
| <b>Quinto Painel</b>                                                                                                                               |    |
| <b>Transporte e Logística na Transição Energética</b>                                                                                              | 21 |
| <i>Readequação da Matriz de Transporte, Descarbonização, Estruturação de Projetos e Matrizes de Risco</i>                                          |    |
| <b>Sexto Painel</b>                                                                                                                                |    |
| <b>Saneamento Básico e Resíduos Sólidos</b>                                                                                                        | 26 |
| <i>Regulamentação, Estruturação de Projetos, Matrizes de Risco e Desafios para a Universalização</i>                                               |    |



# ABDIB EXPERIENCE APONTA OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA



A ABDIB realizou nesta quinta-feira, dia 28 de novembro, a edição 2024 do ABDIB Experience, evento que, há cinco anos, marca o lançamento do Livro Azul da Infraestrutura, faz um balanço do cenário de investimentos do ano que se encerra e aponta a perspectivas para o próximo período. De acordo com o levantamento da entidade, 2024 registrará o maior volume de investimentos públicos e privados em infraestrutura, numa série histórica iniciada em 2010. O total previsto para este ano – que é de R\$ 259,3 bilhões, sendo R\$ 197,1 em investimentos privados e R\$ 62,2 em recursos públicos – supera, em valores presentes, os R\$ 239,7 bilhões do recorde anterior, que era de 2014.

O evento, que reuniu mais de 130 participantes, em modo virtual, foi aberto pelo presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, que destacou a comemoração dos 70 anos da entidade, que serão comemorados em 2025. “O horizonte à frente é de grande otimismo, mas de grandes desafios também”. Clark apontou que os possíveis efeitos das novas condições geopolíticas do mundo podem aumentar o protecionismo e prejudicar o país. “Mas, também, estamos diante de oportunidades ímpares”, observou.

## Painel 1

# Livro Azul e Barômetro da Infraestrutura

## *Perspectivas da Infraestrutura: Desafios, Gargalos e Oportunidades*

O primeiro painel, intitulado Perspectivas da Infraestrutura: Desafios, Gargalos e Oportunidades, foi moderado pelo presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, que observou que “o país está crescendo a taxas significativas diante do contexto recessivo que tentamos superar”. O biênio 2023 e 2024, observou, mostra a retomada fantástica nos investimentos de infraestrutura, mas também confirmam os desafios do fortalecimento das Agências Reguladoras e da agilização da emissão das licenças ambientais.

O destaque do painel foi a apresentação do Livro Azul, feita pelo diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, que em sua fala destacou os 495 projetos de infraestrutura em diversos setores, nos âmbitos federal, estaduais e municipais que estão em fase de estruturação e devem entrar em execução nos próximos meses.

Guimarães observou que a estimativa de investimentos privados para os próximos cinco anos é de R\$ 372,3 bilhões, um volume superior aos R\$ 227,8 bilhões observados no ano passado. Ainda assim, observou, o hiato de investimentos, sobretudo em Transporte e Logística, ainda é muito significativo (o conteúdo do Livro Azul pode ser consultado em [www.abdib.org.br/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2024](http://www.abdib.org.br/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2024)).



## Painel 1

# Livro Azul e Barômetro da Infraestrutura

## *Perspectivas da Infraestrutura: Desafios, Gargalos e Oportunidades*

Na sequência, Gustavo Gusmão, sócio da empresa de consultoria EY, fez uma apresentação prévia da 12ª Edição do Barômetro da Infraestrutura, que será lançada no início de janeiro, com previsões dos executivos das empresas do setor para o primeiro semestre de 2025. O Barômetro, uma parceria da ABDIB com a EY, registra o aumento do otimismo do setor em relação ao crescimento. “O mercado está percebendo que ainda há muito a se fazer em relação à infraestrutura e que o setor privado ainda terá muitas oportunidades de investimentos nos próximos anos”, observou Gusmão. O setor também considera o momento favorável a novas contratações de mão de obra e a novas concessões e parcerias público-privadas no âmbito dos estados e dos municípios. (a edição do Barômetro será disponibilizada nas próximas semanas).





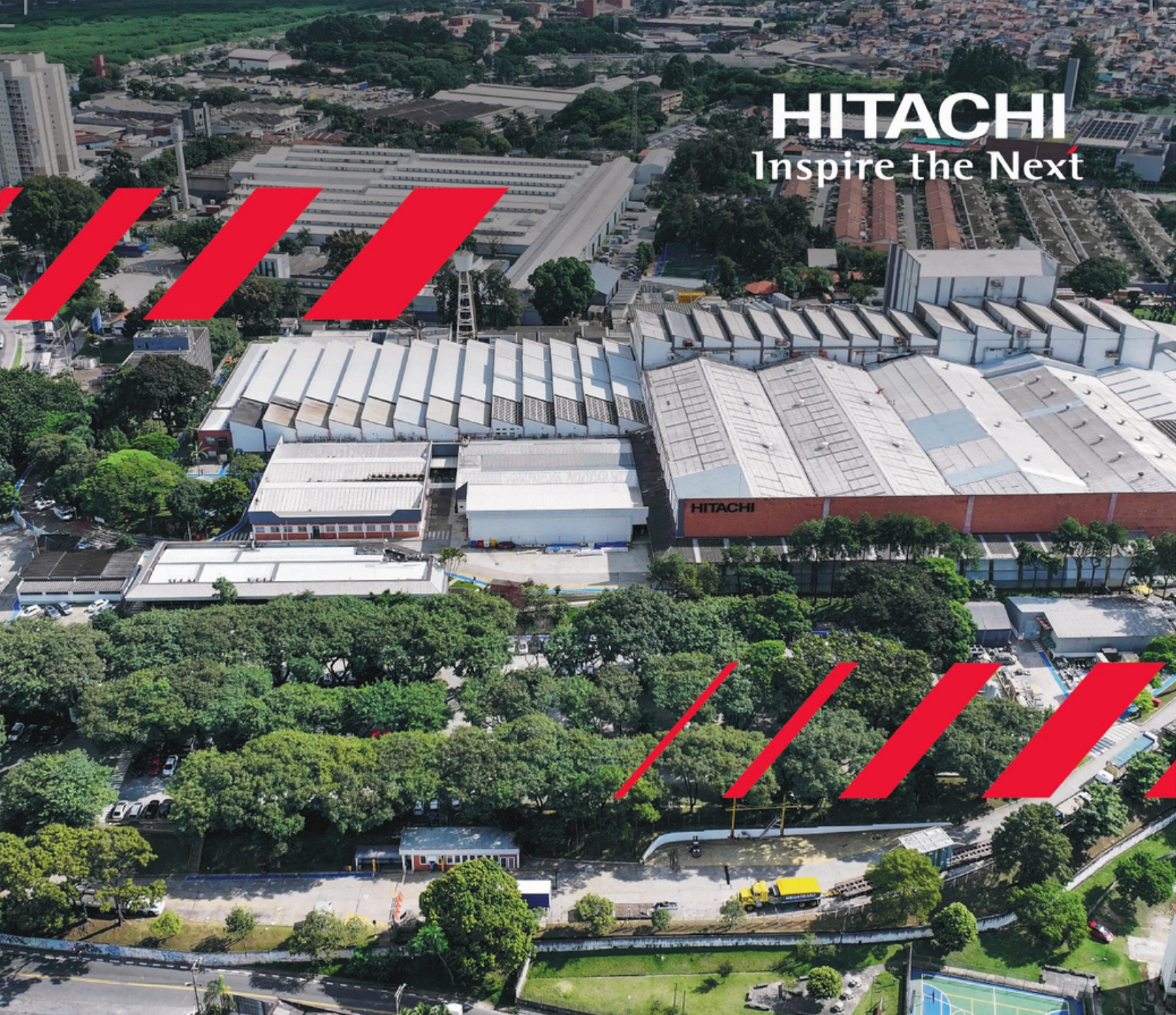
Na sequência das apresentações, Tadini lançou aos debatedores uma pergunta sobre a viabilidade da transformação em realidade dos dados das apresentações sobre a retomada do crescimento da economia. De um modo geral, eles têm uma visão otimista sobre as possibilidades de crescimento, embora reconheçam que ainda há passos importantes a serem dados no sentido da regulação e da segurança jurídica e dos marcos legais.

Renata Norato, especialista de investimentos em Infraestruturas da IFC na América Latina). “A gente precisa de políticas, instituições e regulações para fazer essa agenda andar na velocidade desejada”, disse. Vilma Pinto, Economista, professora do IDP e ex-diretora da IFI, sobre o mesmo tema, considera o cenário factível. “Temos iniciativas governamentais importante e de um diagnóstico que mostra a necessidade de investimentos”, observou. “Mesmo num quadro de escassez de recursos públicos, há uma sinalização clara de que o governo trata os investimentos como prioridade”.

Mauro Santos Silva, Coordenador de Infraestrutura Econômica e Regulação do Ipea, “Nós enxergamos uma perspectiva favorável para a infraestrutura”, observou Silva. Há perspectiva de aumento nos investimentos e avanços regulatórios importantes, observou. “A regulação é um desafio permanente”, observou.







# HITACHI

Inspire the Next

## Hitachi Energy, há 70 anos no Brasil

**70** anos  
Energizando o Brasil

Em 2024 comemoramos 70 anos de atuação no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento do setor elétrico nacional. Hoje, celebramos essa jornada e reafirmamos nosso propósito de promover um futuro de energia sustentável para todos.

São sete décadas de muita energia impulsionando nossa jornada ao futuro.

[hitachienergy.com/br/pt](https://hitachienergy.com/br/pt)

 **Hitachi Energy**



## Painel 2

# Novo Modelo de Regulação do Setor Elétrico

*Transição Energética, Fontes Renováveis, Hidrogênio Verde, Subsídio Cruzado e Eficiência Energética*

O segundo painel tratou do Novo Modelo de Regulação do Setor Elétrico e tratou da Transição energética, Fontes renováveis, Hidrogênio Verde, Subsídio cruzado e Eficiência energética. O moderador foi Fabiano Carvalho, diretor de Regulação da Neoenergia. Carvalho destacou o aumento da importância das mudanças climáticas para a definição da matriz energética neste momento e falou das oportunidades que o fato de já ter uma matriz energética limpa abre para o Brasil — sobretudo na atração de datacenters e de outros investimentos que serão decididos em razão da oferta de energia. “Precisamos de políticas públicas eficientes, para que a oferta de energia limpa seja barata e ao alcance de todos no país”, observou.





Edição 2024

# ABDIB EXPERIENCE



Para abrir os debates, Carvalho indagou os participantes sobre a agenda prioritária neste momento de mudanças. A primeira apresentação foi feita pelo deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). Na opinião de Jardim, há quatro pontos a serem observados neste momento. O primeiro é o de que passamos de um modelo de geração concentrada para um modelo de geração distribuída — e isso terá cada vez mais impacto daqui por diante. Outro ponto é a convivência do mercado cativo com o mercado livre. “Os encargos estão nas costas do consumidor cativo”. Outro ponto é o uso da inteligência artificial no gerenciamento do setor. Finalmente, existe a questão da sustentabilidade, que será cada vez mais importante daqui por diante.

Jardim defendeu a necessidade, diante dessa nova realidade, de uma nova regulação do setor elétrico. “As medidas que vêm sendo tomadas para a regulação do setor elétrico têm sido pontuais e localizadas e nos colocam diante do risco de ter um Frankenstein. Precisamos ter uma visão mais ampla do cenário” disse o deputado. “Corremos o risco de, vendo as partes, não conseguirmos ver o todo”.

## Aegea Saneamento. Como a gente faz, *faz diferença.*

Quando a Aegea chega a uma região, faz diferença. Além de promover o saneamento básico, levando saúde e qualidade de vida, movimenta a economia local, gera empregos e inclusão social.

A Aegea é uma das principais empregadoras do setor, contratando pessoas da própria comunidade, aprendendo com a cultura local e criando parcerias aonde chega.

A empresa é referência em saneamento privado do Brasil, está em todas as regiões do país, ligando milhões de pessoas a uma vida melhor. Esse é o jeito Aegea de trabalhar. E isso faz toda a diferença.



aegea

Leandro de Oliveira Albuquerque, secretário Nacional substituto de Transição Energética e Planejamento do Ministério das Minas e Energia, começou defendendo a necessidade do papel que o Brasil terá no novo cenário energético nacional. “Precisamos de uma estratégia que conecte todas as partes e insira o Brasil nas novas cadeias globais de valor”. Segundo ele, o Brasil vem se organizando para ter condições de atrair os investimentos que serão gerados para usufruir da matriz energética limpa e renovável que o país oferece. “Outros países, inclusive da Europa, que largaram na frente, não contam com uma regulação tão eficiente como a brasileira”.

Nivalde de Castro, professor e coordenador do Gesel – Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, observa que o mundo passa por um processo de transição e diversificação da matriz energética e que o Brasil está muito adiantado em relação aos demais países. Concordando com os quatro pontos observados por Arnaldo Jardim, Castro observou que o Brasil está bem em relação ao futuro, mas estamos com o problema de encontrar um modelo adequado a essa nova realidade.

“Temos um grande potencial de crescimento, mas temos problemas onde o impacto das mudanças se fará mais contundente – que são as redes de distribuição de energia”. Castro considera o momento favorável. “Temos extensão, sol, vento e uma população ávida por emprego. Precisamos que o Estado recupere a capacidade de apontar o rumo da regulação para aproveitar as oportunidades que estão sendo oferecidas”.

A diretora de Gestão de Ativos de Geração da Eletrobras, Lilian Queiroz, que é coordenadora do Comitê de Geração da ABDIB, observou a existência de divergências e a necessidade de convergência entre as diversas áreas envolvidas na geração hidráulica, eólica, solar, nuclear e outras fontes existentes no país. “Em novembro, tivemos o recorde do consumo de energia” e que a matriz hidráulica, em que pese o crescimento de outras fontes, ainda responde pela maior oferta. O país, segundo ela, precisa se preocupar com a renovação de ativos tanto na geração, mas não pode se descuidar da transmissão e da distribuição de energia.



Na opinião de Glauco Freitas, country managing diretor da Hitachi Energy Brasil observou que o Sistema Interligado Nacional é hoje uma referência mundial – mas que outros países estão consumindo hoje toda a capacidade da indústria mundial. Isso pode dificultar o ritmo da renovação que será necessária no SIN. “A tecnologia não será o gargalo na transição energética. O risco é o timing da tomada de decisões”, observou. O país precisa, segundo ele, de tecnologia nova – que é modular e repetível – para suprir a necessidade. Ele se refere a subestações compactas, baterias e novos produtos que podem ser produzidos pela indústria nacional. “A hora de investir é agora”, disse.



## Painel 3

# Fontes de Recursos e Atração de Investidores

*Finanças Sustentáveis (Fundo Clima, ECO Invest, Green Bonds, Crédito de Carbono), Mercados de Capitais, Fomento e Multilaterais*

O terceiro e último painel do primeiro dia do evento foi moderado por Ralph Rosenberg, CIO e Sócio Fundador da Perfin Investimentos, e tratou das Fontes de Recursos e Atração de Investimentos: Finanças Sustentáveis (Fundo Clima, ECO Invest, Green Bonds, Crédito de Carbono), Mercados de Capitais, Fomento e Multilaterais. Rosenberg observou, na abertura dos debates do terceiro painel, que o Brasil vive um ciclo de investimentos privados positivo que, pela primeira vez, contará com fontes mais variadas. “Vamos precisar de muitas fontes de capital para fazer frente às necessidades crescentes de investimentos”.





O Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, apontou que o governo tem apoiado de forma direta recursos para os investimentos em infraestrutura, mas, também, está apoiando o BNDES para a atração de mais recursos privados para investimentos em infraestrutura. E, também, os recursos privados – caracterizados pelo uso das debêntures incentivadas de infraestrutura e pela atração de recursos externos por meio de instrumentos como o Ecoinvest. “As oportunidades de investimentos estão crescendo e precisamos garantir que isso continue”.

Na sequência das apresentações, Cláudia Prates, Chefe do Departamento de Transição Climática do BNDES, observou que o banco de fomento está preocupado em calcular o impacto de suas operações de financiamento sobre as emissões de carbono no Brasil. O banco também está desenvolvendo uma matriz de riscos climáticos em suas operações. Com a elaboração de uma nova taxinomia sustentável, o banco fechou este ano 40% de suas operações em operações verdes.

Daiane Daniele Santos Rocha, Diretora de Programa do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional observou os esforços que vêm sendo feitos no sentido de ampliar o financiamento dos projetos de infraestrutura. Ela observou que os fundos de desenvolvimento administrados pelo ministério não recebem aportes do governo federal desde 2016 e a ampliação dos recursos vem se dando por meio de órgãos de fomento multilaterais.



O deputado Aliel Machado (PV/PR), que relatou na Câmara dos Deputados o projeto de lei sobre Créditos de Carbono, que tramitava na Casa desde 2016. “Para resumir o ganho que tivemos com a aprovação da proposta, observo a união a agenda econômica com a agenda ambiental”, disse Machado. O deputado observou que o Brasil precisa “trabalhar em duas frentes – na do mercado obrigatório e na desse mercado voluntário”. Segundo o deputado, o projeto de crédito de carbono que agora será analisado pelo Senado procurou “criar pontos estruturantes que deem credibilidade aos créditos e ofereçam segurança jurídica a quem investir nesse mercado”.

O deputado lembrou um estudo internacional da Consultoria McKinsey, segundo o qual o mundo vai transacionar US\$ 50 bilhões em créditos voluntários de Carbono até 2030 – e 15% desses recursos serão destinados ao Brasil. “As oportunidades são enormes”, observou o deputado.

Carlos Villa, da Solvi, observou que a lei relatada pelo deputado é fundamental, embora chegue com um atraso de 24 anos – visto que o primeiro negócio com créditos de Carbono foi fechado no Brasil em dezembro de 2000. Villa diz que o setor de resíduos pode gerar 10 milhões de toneladas e que pode significar negócios de R\$ 180 bilhões por ano e que o projeto relatado pelo deputado Aliel Machado é um avanço e atende as necessidades do setor. “É preciso que o projeto seja aprovado pelo executivo conforme foi aprovado pelo legislativo”.



# O SEGUNDO DIA DO ABDIB EXPERIENCE



A diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa, destacou na abertura do segundo dia de debates do ABDIB Experince, na sexta-feira, dia 29 de novembro, apresentado pelo presidente-executivo Venilton Tadini, que o Brasil tem conseguido atrair uma série de investidores internacionais nos últimos leilões de infraestrutura realizados no Brasil. O banco de fomento, segundo ela tem cumprido um papel importante no sentido de viabilizar os projetos de infraestrutura no país – e seu papel nem sempre se limita ao de financiar os empreendimentos.

“O papel do BNDES, muitas vezes, é dar uma espécie de selo de qualidade para os projetos ainda na fase de estruturação. Esse selo, mais tarde, facilitará a atração de investidores pelo projeto”. Nesse sentido, afirmou Luciana, embora o banco às vezes estruture operações voltadas para a captação de recursos no mercado de capitais, o banco não vem para competir, mas para complementar o papel desse mercado na captação de recursos para a infraestrutura.

Edição 2024

# ABDIB EXPERIENCE



Outro papel do BNDES, nesse cenário, é o de estar preparado para cumprir um papel anticíclico caso o mercado, que hoje está disposto a financiar todos os projetos de infraestrutura em andamento, se retraia. “Nesse caso, o banco tem condições de financiar o andamento dos projetos pelo tempo definido nos contratos que chegam a 30 anos”. Além disso, muitos órgãos multilaterais que investem no Brasil o fazem por meio do BNDES. “Os multilaterais nem sempre têm conhecimento do mercado brasileiro, não querem correr o risco na ponta e colocam dinheiro no país por intermédio do BNDES”.

O banco financiou R\$ 78 bilhões em infraestrutura no ano passado e esse número, segundo Luciana Costa, deve crescer de 10% a 20% este ano.

## SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS PARA UM PLANETA MELHOR

Na ACCIONA, oferecemos soluções sustentáveis para responder aos principais desafios globais. O nosso foco está nas pessoas e no planeta, e projetamos infraestruturas regenerativas para alcançar o seu bem-estar e conservação.

Porque acreditamos que existe uma maneira diferente de fazer negócios.



Descubra mais em:



BUSINESS AS UNUSUAL



## **Painel 4**

# **Ações para Desenvolvimento da Infraestrutura Sustentável**

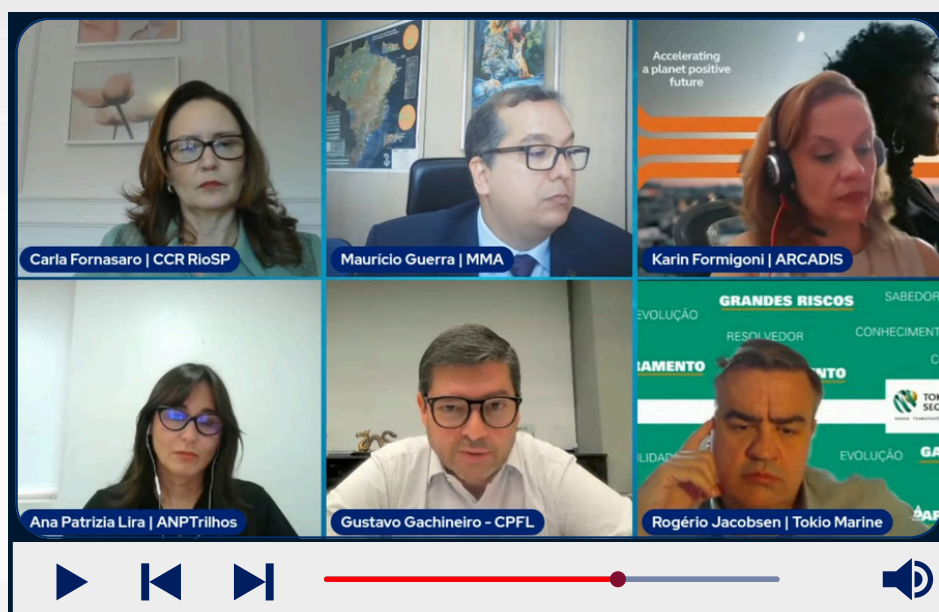
*Planejamento Ambiental Urbano, Ações Preventivas, Processos Construtivos, Estruturas Resilientes, Redimensionamento da Estrutura de Seguros*

O primeiro painel do dia, o quarto do evento, tratou das Ações para Desenvolvimento da Infraestrutura Sustentável, envolvendo o Planejamento Ambiental Urbano, Ações Preventivas, Processos Construtivos, Estruturas Resilientes, Redimensionamento da Estrutura de Seguros. A discussão foi moderada por Carla Fornasaro, CEO da CCR Rio SP e tratou das necessidades e das contribuições de diferentes setores da infraestrutura para a prevenção e mitigação dos riscos climáticos que tendem a se tornar cada vez mais frequentes.

Carla Fornasaro abriu o debate alertando para os efeitos devastadores de eventos climáticos recentes não apenas no Brasil, como aconteceu no Rio Grande do Sul, mas na Espanha e em outros lugares do mundo. Gustavo Gachineiro, vice-presidente Legal e Institucional da CPFL, observou que, durante os eventos climáticos do primeiro semestre deste ano no Rio Grande do Sul, a empresa – que é responsável por dois terços da distribuição de energia no estado – providenciou a toca emergencial de 6000 postes e 875 transformadores. Foi um trabalho bem-sucedido, mas as empresas não podem, segundo ele, conviver com situações como essas a todo momento.

“Precisamos investir em redes elétrica mais resilientes, mais resistentes, mais automáticas e mais fáceis de ser manejadas à distância”. As redes atuais precisam incorporar baterias e transformadores. Isso porque alguns pontos das redes, que servem hospitais, sistema de segurança e presídios, por exemplo, precisam ser mais protegidos do que outros — para que não sofram interrupções de funcionamento sob o impacto dos eventos. Isso inclui, por exemplo, a discussão sobre os critérios de arborização das cidades. “80% das interrupções de energia se devem a quedas de árvores sobre as redes”, observou.

Karin Formigoni, CEO da Arcadis — Engenharia e Projetos, lembrou que a empresa, que atua há 55 anos no Brasil com a elaboração de projetos de infraestrutura, tem o olhar cada vez mais voltado para o ambiente cada vez complexo — que exige a associação do planejamento urbano com o planejamento ambiental e não pode mais se restringir a um município, mas a bacias inteiras, que são interligadas. Ela mencionou a experiência da Arcadis, de origem holandesa, em resolver problemas de inundação em Londres e Cingapura, além de desenvolver projetos de um bairro sustentável em Amsterdã e da proteção costeira da ilha de Manhattan contra inundações. “Não podemos esperar o próximo evento, como o que colapsou o Rio Grande do Sul, para começar a agir. O que podemos dizer é que o evento virá e que precisamos estar preparados para ele”.





“Antecipação, planejamento e análise de risco são cada vez mais necessários”, observou Carla Fornasaro antes de passar a palavra para a diretora executiva da ANPTrilhos, Ana Patrícia Lira. Ela chamou atenção para o fato de o Brasil passar neste momento por um processo de urbanização de 85%, quando a média mundial é de 75%. Isso mostra a necessidade de medidas resilientes e ações sustentáveis nas cidades. “Tirando as atividades ilegais, o transporte é hoje o maior poluidor no Brasil”

A matriz energética brasileira, nesse sentido, é vantajosa e suas vantagens se refletem até mesmo nos resultados nos meios menos poluentes. “Nosso sistema de metrô, por ser movido com energia limpa, é menos poluente do que os das cidades europeias”.

Segundo observou Carla Fornasaro, o mundo mudou, assim como mudou a forma das empresas de seguros encarar o problema. Rogério Jacobsen, Gerente de Riscos, Seguro Garantia da seguradora Tokio Marine. “O Brasil, que nunca foi considerado um país catastrófico, precisa dirigir o olhar para essa realidade”, disse.

Não temos uma cultura que considere o seguro e o resseguro como uma necessidade nos projetos—e as empresas do setor podem aportar sua experiência em gerenciamento de risco desde o início das discussões dos projetos de redes elétricas, rodovias, e todos os equipamentos de infraestrutura. “As seguradoras podem apontar problemas nos projetos em implantação e ajudar a torná-los mais resilientes”.





Edição 2024

# ABDIB EXPERIENCE



Maurício Guerra, Diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, chamou atenção a mudança climática: “No passado, as ondas de calor duravam sete dias no ano. Agora, a média é de cinquenta dias”. Dados como esse exigem respostas e, em nome disso, as empresas brasileiras estão sendo chamadas a assumir compromissos no sentido de reduzir as emissões de carbono e, assim, colaborar com a prevenção de novas emergências climáticas. O ministério está trabalhando em um plano que reforça os compromissos de 17 setores com a mitigação de risco. Esses planos envolvem as áreas de energia, cidades, transportes e vários outros setores, que exigem estratégias específicas de enfrentamento. Sete dias de ondas de calor agora são de 50 dias.

## Pra você, o que é ser gigante?

**Pra CCR, é mover a vida dos brasileiros com excelência.**

Ser a maior empresa de infraestrutura de mobilidade do Brasil é mais do que administrar 3,6 mil km de rodovias, atender 3 milhões de clientes por dia em metrô, trens, VLT e barcas e conectar o País e o exterior por meio de 20 aeroportos. O que nos faz sentir gigantes é, há 25 anos, melhorar a vida das pessoas através da mobilidade.





## Painel 5

# Transporte e Logística na Transição Energética

*Readequação da Matriz de Transporte, Descarbonização, Estruturação de Projetos e Matrizes de Risco*

O quinto painel do ABDIB Experience foi moderado por Brenno Machado, diretor Institucional e de Novos Negócios da Acciona, e tratou do tema Transporte e Logística na Transição Energética, Readequação da Matriz de Transporte, Descarbonização, Estruturação de Projetos e Matrizes de Risco. Na abertura, Machado afirmou a necessidade de se “buscar alternativas sustentáveis e estratégias para enfrentar o desafio da mobilidade urbana, que passa pela expansão da malha de transporte de passageiros sobre trilhos. Além disso, é necessário expandir os investimentos e portos, ferrovias e outros modais com menores taxas de emissão”.



Cloves Benevides, subsecretário de Sustentabilidade do Ministério de Transportes, destacou que, embora a discussão sobre a sustentabilidade na matriz de transportes no Brasil esteja avançando, os desafios ainda carecem de objetividade. Há uma série de pontos relacionados com os compromissos ambientais que precisam ser discutidos com mais profundidade. Um ponto a ser considerado é o de que a infraestrutura de transportes existente no Brasil foi planejada sem considerar os desafios de descarbonização que hoje estão na ordem do dia. E, no final de tudo, essa adaptação terá que ser considerada do ponto de vista econômico. “Quem paga a conta?”, perguntou.

Daqui para a frente, todas as novas concessões terão que levar em conta parâmetros que não eram considerados nas concessões antigas. “Queremos fazer o compromisso com a questão ambiental e a resiliência climática não deve ser tratado como um tema residual, mas como uma premissa”.

O professor Paulo Resende, da Fundação Dom Cabral, observou que o Brasil — onde não está prevista qualquer alteração significativa da matriz de transportes até 2035 — é o último país de dimensões continentais que insiste em tratar os modais como concorrentes e não como complementares. Segundo ele, quando se observa a atual movimentação de cargas no Brasil, percebe-se que a média de uma viagem de caminhão é de 820 quilômetros. Com uma integração de modais, a distância média cairia para 320 quilômetro e se concentraria em cargas de maior valor — o que aumentaria a renda do caminhoneiro autônomo. Nos Estados Unidos, onde a média das viagens é de 285 quilômetros, a renda do caminhoneiro é sete vezes maior do que a do caminhoneiro brasileiro.

Daniel Pedreira Dorea, da Santos Brasil apresentou o plano que a empresa vem desenvolvendo no sentido de reduzir as emissões em seus terminais — ao custo de investimento da ordem de R\$ 2,5 bilhões. O projeto prevê a substituição de todos os guindastes a diesel dos terminais por novos equipamentos, movidos a eletricidade. O terminal também fornecerá energia aos navios atracados — que atualmente mantêm as máquinas ligadas durante as operações de carga e descarga. “os navios passarão a ser abastecidos, quando atracados, com energia renovável gerada nos próprios terminais”.



Mauricio Xavier, do New Development Bank, afirmou que o banco, o mais jovem entre os mecanismos multilaterais de fomento, tem seus objetivos voltados para o financiamento de programas sustentáveis. “Tanto o setor público quanto o setor privado precisam de financiamento para implementar os programas”. O banco tem uma carteira com 93 projetos aprovados no mundo, e a maior parte dos projetos é de transportes, portos, rodovias e metrô. O NDB, segundo ele, tem uma meta de destinar pelo menos 40% de seus recursos a projetos que levem a melhoras climáticas.

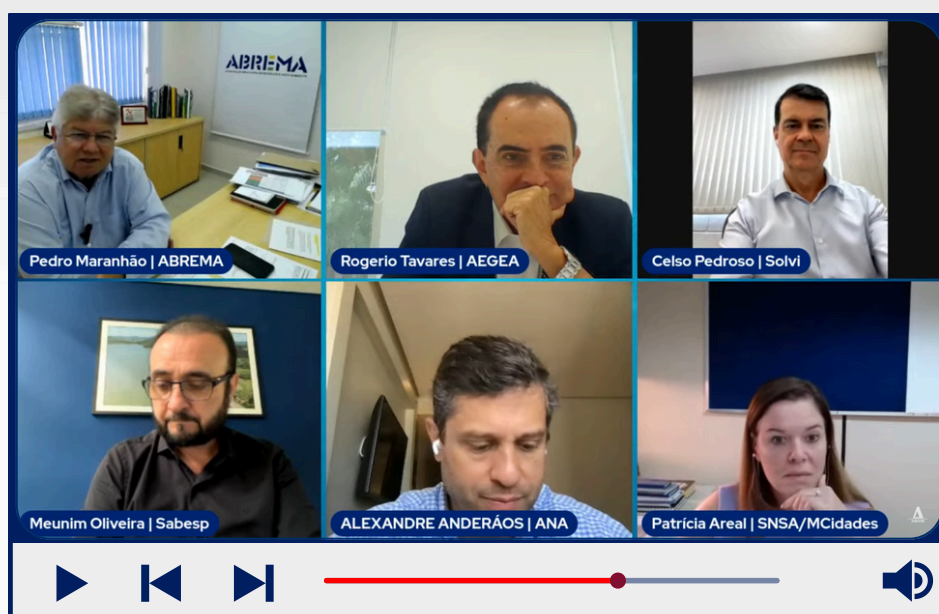


## Painel 6

# Saneamento Básico e Resíduos Sólidos

*Regulamentação, Estruturação de Projetos, Matrizes de Risco e Desafios para a Universalização*

Rogério Tavares, vice-presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da AEGEA, foi o moderador do sexto e último painel do ABDIB Experience, que tratou do Saneamento Básico e Resíduos Sólidos, com foco na Regulamentação, Estruturação de Projetos, Matrizes de Risco e Desafios para a Universalização. Tavares propôs que a discussão inicial girasse em torno da “situação de cada setor no sentido de se alcançar a universalização dos serviços de saneamento prevista para 2033”.





Patrícia Areal, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, destacou os investimentos que vêm sendo feitos sob orientação do governo e apontou os avanços nos estados na busca de se garantir avanços nos serviços de água e esgoto. “De todos os setores previstos na meta de universalização, o de drenagem é o que apresenta mais dificuldades para avançar”, observou. O ministério, segundo ela, conta neste momento com um total de 950 contratos ativos em água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem, com investimentos de R\$ 47 bilhões, tanto com recursos do orçamento quanto do FI-FGTS.

Alexandre Anderáos, superintendente de regulação em exercício da Agência Nacional de Águas, ANA, observou que o novo Marco de Saneamento delegou à agência a responsabilidade de definir um sistema de normas nacionais para o setor – com abrangência sobre os contratos estaduais e municipais. A Norma de Serviços nº 1, por exemplo, diz respeito aos critérios de cobrança dos serviços de limpeza urbana – com sustentabilidade econômico-financeira de cada projeto.

Outras normas foram baixadas, entre elas a que prevê padrões de governança para as agências reguladoras infranacionais e a que propõe uma matriz de risco para os contratos, com vistas à realidade regional de cada um deles. A agência está trabalhando, atualmente, numa norma que estabelece os critérios para os serviços de drenagem urbana.



Edição 2024

# ABDIB EXPERIENCE



De acordo com Pedro Maranhão, presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente – ABREMA, o Marco Regulatório do Saneamento é realmente um marco para o setor – principalmente no que diz respeito a água e esgoto. “Diante das necessidades de recursos pelo setor, o governo não tem dinheiro para investir em tudo”, disse. Portanto, a necessidade de parceria com o setor privado foi essencial para o avanço do serviço.

Na questão dos resíduos sólidos, a discussão é mais ampla. Ela começa pela necessidade de se acabar com os 3 000 lixões existentes no país – um problema “medieval” – e vai até à produção do hidrogênio verde a partir dos resíduos – tema do século 21. “O fim dos lixões envolve ganhos ambientais que vão da redução da contaminação dos lençóis freáticos e das emissões de carbono até o aumento da capacidade de geração de biometano pelos aterros sanitários”, afirmou Maranhão.

## A energia certa muda a vida da gente.

Com o compromisso de olhar para um futuro mais sustentável e com mais oportunidades, trabalhamos por meio do **Instituto CPFL** e das iniciativas de **Eficiência Energética** para transformar a realidade e compartilhar valor com as pessoas.

Nossos projetos levam mais que energia para os lares brasileiros: **levam transformação.**



Conheça  
nossas  
iniciativas.

Plano

# ESG

2030





Celso Pedroso, CEO da Solví Participações, observou que, no setor de resíduos sólidos, as principais das inovações têm sido feitas por iniciativa das empresas – que oferecem a municípios que descartam seus resíduos em lixões a oportunidade de destiná-los para aterros modernos em outras cidades. “É preciso avançar com o debate da regionalização dos serviços”.

Segundo ele, esse avanço inclui o reconhecimento de que os aterros privados são importantes para a regionalização e para a redução dos custos de operação dos municípios. Outro ponto, segundo ele, é que os critérios de regionalização para esse tipo de serviço, não pode ser o mesmo utilizado para os serviços de água e esgoto. “A regionalização para resíduos não pode se basear no conceito de bacias hidrográficas, mas no da logística no manejo dos resíduos”.

Meunim Rodrigues de Oliveira Jr, superintendente de Relações Contratuais e Institucionais da nova Sabesp, destacou as metas que empresa assumiu a partir da privatização. O contrato de concessão, segundo ele, antecipou para o ano de 2029 a obrigação com a universalização que o Marco Regulatório prevê para o ano de 2033. O projeto prevê investimentos elevados, que já estão previstos no plano de constituição da nova empresa, e o debate de questões relacionadas com a prevenção dos riscos de crise hídrica que venham a ocorrer daqui por diante.

# PATROCINADORES

## *Ouro*



## *Prata*







---

---

**ABDIB**

A CASA DA INFRAESTRUTURA